

HABEAS CORPUS Nº 547.509 - SP (2019/0351814-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : RAFAEL TOLEDO DAS DORES
ADVOGADO : RAFAEL TOLEDO DAS DORES - SP375152
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO LUIZ DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDUARDO LUIZ DE FREITAS contra decisão indeferitória do pleito de urgência proferida pelo Desembargador Relator do HC n.º 2251791-29.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante no dia 02/06/2015, pois surpreendido enquanto, supostamente, tentava subtrair, mediante escalada e destruição de obstáculo, bens de propriedade da Vítima. O Juízo de primeiro grau concedeu ao Paciente liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. No entanto, em 26/11/2018, em razão do cometimento de novo delito (roubo tentado), e da respectiva condenação, foi revogada a liberdade provisória, determinando-se a expedição do mandado de prisão, que somente foi cumprido em 01/11/2019.

Irresignada, a Defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal estadual, cujo pedido liminar foi indeferido (fls. 222-225).

No presente *habeas corpus*, a Parte Impetrante sustenta que a conduta praticada pelo Paciente é atípica, especialmente porque nenhum bem foi subtraído da suposta Vítima, afirmando que houve desistência voluntária não punível. Aduz que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, porquanto o Paciente é primário, com bons

antecedentes, família constituída e dependente químico de *crack*.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do Paciente.

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que pudesse ensejar a superação do óbice sumular acima referido. A segregação cautelar do Paciente foi decretada em razão do descumprimento de determinação imposta quando beneficiado com a liberdade provisória.

A fundamentação adotada pelo Juízo singular parece não destoar da jurisprudência desta Corte, como demonstra o seguinte precedente:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. SEQUESTRO E

CÁRCERE PRIVADO CONTRA FAMILIARES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. **'O descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, quando da concessão da liberdade provisória, é motivo legal para a decretação da prisão preventiva.** Inteligência dos artigos 312, parágrafo único, e 282, § 4º, ambos do Código de Processo Penal' (HC n. 422.646/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe de 27/2/2018).

[...]

7. *Ordem denegada.*" (HC 357.511/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019; sem grifos no original.)

Ademais disso, o Desembargador Relator do prévio *habeas corpus* indeferiu o pedido liminar, assentando que (fl. 223; grifos diversos do original):

"A medida liminar em habeas corpus é cabível quando o constrangimento ilegal é manifesto e detectado de imediato através do exame sumário da inicial e dos papéis que a instruem, o que não ocorre no presente caso, em que se faz necessária análise cuidadosa de fatos concretos e documentos, adequada à ampla cognição da Col. 12ª Câmara Criminal.

Depois, é impossível admitir pela via provisória da decisão liminar a pronta solução da questão de fundo. A medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional."

Consoante a jurisprudência desta Corte, o trancamento do processo-crime pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios capazes de fundamentar a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias, em princípio, não evidenciadas no caso em apreço.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DO IDOSO. MAUS TRATOS E LESÃO CORPORAL. CRIMES PRATICADOS NO ÂMBITO DOMÉSTICO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE NA ANÁLISE DO PEDIDO DE TRANCAMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE ILICITUDE DA

PROVA. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

[...]

II - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.

III - A análise da tese de ilicitude das provas que lastreiam a ação penal, notadamente a alegada nulidade da gravação ambiental e do laudo de exame de corpo de delito, demandaria exame aprofundado do conjunto probatório, inviável em razão dos estritos limites impostos à via mandamental. Recurso ordinário conhecido e não provido." (RHC 95.625/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018.)

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Outrossim, destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal estadual tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte de origem, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora